

Argo Energia
Empreendimentos e
Participações S.A.

**Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de
2022**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanço patrimonial	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (controladora e consolidado)	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração da contraprestação variável aplicável ao preço dos contratos de concessão

Veja a nota explicativa 3.9 (a) (ii), 9 e 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Assunto

O balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 apresenta saldo de ativo de concessão no montante de R\$ 7.417.876 mil, reconhecido em contrapartida da receita de construção da infraestrutura de transmissão e da receita de remuneração do ativo de concessão.

A modelagem financeira utilizada pela Companhia na mensuração do ativo de concessão inclui entre outros elementos, a determinação de uma contraprestação variável aplicável ao preço do contrato. O valor da contraprestação recebida pela Companhia pela construção da infraestrutura de concessão é reajustado anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA dos últimos doze meses na data de reajuste. A Companhia efetua o cálculo da contraprestação variável com base no IPCA realizado entre a data da última homologação da Receita Anual Permitida - RAP pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a data base das demonstrações financeiras, e reconhece esse valor na medida em que é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer. Em 31 de dezembro de 2022 o valor dessa contraprestação variável é de R\$ 371.799 mil, representando um acréscimo na receita de remuneração do ativo de concessão em contrapartida do saldo do ativo de concessão.

Devido à relevância do valor da contraprestação variável e ao grau de julgamento para determinar se é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas variáveis acumuladas reconhecidas não irá ocorrer, esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- (i) Revisão dos cálculos elaborados pelas controladas da Companhia para mensuração da contraprestação variável, incluindo avaliação sobre a adequação da modelagem financeira adotada e precisão matemática do cálculo;
- (ii) Comparação do IPCA mensal utilizado pelas controladas da Companhia no cálculo da contraprestação variável com os dados de inflação oficiais;
- (iii) Análise dos fatores considerados pelas controladas da Companhia para determinar se é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer; e
- (iv) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas.



Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração da contraprestação variável aplicável ao preço do contrato de concessão, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aquele que foi considerado como o mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de janeiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP014428/O-6



Samuel Viero Ricken
Contador CRC SC-030412-O

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	149	54	25.813	20.457	Fornecedores	12	593	403	27.677	24.640
Títulos e valores mobiliários	5	48.714	133.119	397.459	632.546	Financiamentos	18	225.853	-	374.256	245.711
Contas a receber de clientes	6	-	-	81.233	54.677	Debêntures	19	-	-	52.828	90.701
Despesas pagas antecipadamente	8	11	11	9.682	682	Imposto de renda e contribuição social	28	-	-	10.759	5.754
Ativo de concessão	9	-	-	902.162	738.834	Obrigações tributárias	13	54	120	15.267	12.853
Outros tributos a compensar	7	3.202	912	75.380	43.675	Encargos sociais e trabalhistas	14	-	-	16.057	12.768
Contas a receber - Partes relacionadas	33	-	-	3.136	-	Obrigações regulatórias	15	-	-	9.295	6.562
Outros créditos		5	1	21.668	19.475	Dividendos a pagar	21	25.694	9.042	25.694	9.042
Total do ativo circulante		52.081	134.097	1.516.533	1.510.346	Ações preferenciais resgatáveis	16	206.461	3.743	206.461	3.743
						Provisões	17	-	-	20.669	7.916
						PIS e COFINS diferidos	20	-	-	80.317	65.594
						Outros passivos		16.894	36	20.240	1.631
						Total do passivo circulante		475.549	13.344	859.520	486.915
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Dividendos a receber	10	31.840	3.825	132	-	Financiamentos	18	-	-	2.777.136	2.332.477
Ativo de concessão	9	-	-	6.515.714	5.309.666	Debêntures	19	-	-	542.195	516.293
Fundos Vinculados - Caixa restrito	5	16.894	-	157.213	138.088	Ações preferenciais resgatáveis	18	-	200.000	-	200.000
Outros créditos		39.035	-	3.407	-	Provisões	17	-	-	10.000	20.000
Investimentos	10	5.118.865	2.213.413	2.303.644	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	-	-	1.131.459	839.788
Imobilizado	11	-	-	26.300	24.820	PIS e COFINS diferidos	20	-	-	579.405	473.279
Intangível	11	-	-	159.938	23.823	Total do passivo não circulante		-	200.000	5.040.195	4.381.837
Total do ativo não circulante		5.206.634	2.217.238	9.166.348	5.496.397	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	21	2.618.483	528.483	2.618.483	528.483
						Reservas de capital	21	(86.721)	(86.721)	(86.721)	(86.721)
						Reserva de lucro	21	2.100.997	1.545.822	2.100.997	1.545.822
						Dividendos adicionais propostos	21	150.407	150.407	150.407	150.407
						Total do patrimônio líquido		4.783.166	2.137.991	4.783.166	2.137.991
TOTAL DO ATIVO		5.258.715	2.351.335	10.682.881	7.006.743	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.258.715	2.351.335	10.682.881	7.006.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DP EXERCÍCIO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA	23	-	-	1.177.668	1.012.595
CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	24	-	-	(43.453)	(40.626)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	24	-	-	(19.057)	(27.418)
LUCRO BRUTO		-	-	1.115.159	944.551
DESPESAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	24	(7.085)	(4.736)	(46.960)	(34.869)
Outras despesas e receitas operacionais		-	-	5.917	(10.979)
Amortização do direito de concessão	24	(2.365)	(888)	(2.365)	(888)
Resultado da equivalência patrimonial	10	624.882	365.808	13.898	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		615.432	360.184	1.085.649	897.815
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	25	11.049	1.291	80.509	30.484
Despesas financeiras	25	(51.306)	(9.043)	(441.755)	(378.090)
		(40.256)	(7.752)	(361.246)	(347.606)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		575.175	352.432	724.403	550.209
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	26	-	-	(4.902)	(6.686)
Diferido	26	-	-	(144.326)	(191.091)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		575.175	352.432	575.175	352.432
LUCRO POR AÇÃO - R\$ (BÁSICO E DILUÍDO)	21	0,3269	0,9775	0,3269	0,9775

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	575.175	352.432	575.175	352.432
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>575.175</u>	<u>352.432</u>	<u>575.175</u>	<u>352.432</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras .

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total	
		Subscrito e integralizado	de capital	legal				de lucro
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		528.483	(86.721)	33.787	1.130.894	153.546	-	1.792.046
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	352.432	352.432
Reversão reserva de remuneração baseada em ações		-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal		-	-	17.622	-	-	(17.622)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(3.348)	(3.348)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(3.139)	-	(3.139)
Reserva de lucro		-	-	-	331.462	-	(331.462)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		528.483	(86.721)	51.409	1.494.413	150.407	-	2.137.991
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		528.483	(86.721)	51.409	1.494.413	150.407	-	2.137.991
Lucro líquido do exercício	21	-	-	-	-	-	575.175	575.175
Aumento de capital	21	2.090.000	-	-	-	-	-	2.090.000
Constituição de reserva legal	21	-	-	28.758	-	-	(28.759)	(1)
Dividendos mínimos obrigatórios	21	-	-	-	-	-	(5.464)	(5.464)
Dividendos adicionais propostos	21	-	-	-	-	-	(14.536)	(14.536)
Constituição de reserva de lucro	21	-	-	-	526.417	-	(526.417)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		2.618.483	(86.721)	80.167	2.020.830	150.407	(0)	4.783.166

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		575.175	352.432	575.175	352.432
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	-	144.326	191.091
Provisão para PIS e Cofins diferidos	20	-	-	34.806	37.855
Amortização do direito de concessão - Aquisição Argo III e IV	11	2.365	888	2.365	888
Remuneração do ativo de concessão	23	-	-	(1.034.849)	(990.112)
Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	23	-	-	(111.749)	(30.726)
Receita de construção	23	-	-	(29.343)	-
Receita de operação e manutenção	23	-	-	(128.730)	(107.345)
Receitas de aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	25	(11.049)	(1.291)	(80.509)	(30.484)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(624.882)	(365.808)	(13.898)	-
Depreciação e Amortização	24	-	-	2.698	2.276
Juros sobre financiamentos e debentures	25	25.938	-	393.489	336.042
Remuneração de ações preferenciais	25	24.165	8.790	24.165	-
Resultado ajustado		<u>(8.287)</u>	<u>(4.989)</u>	<u>(222.054)</u>	<u>(238.083)</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	6	-	-	(26.556)	1.278
Ativo de concessão	9	-	-	938.220	714.940
Contas a receber (partes relacionadas)	29	-	-	(3.136)	41
Despesas pagas antecipadamente	8	-	8	(8.674)	(185)
Outros tributos a compensar	7	2.290	(100)	(31.705)	(43.675)
Outros créditos		326	23	9.493	29.726
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	12	190	136	3.037	(47.764)
Imposto de renda e contribuição social	26	-	-	5.005	4.857
Encargos e obrigações trabalhistas	14	-	-	3.289	(1.428)
Obrigações tributárias	13	(66)	109	2.414	2.400
Obrigações regulatórias	15	-	-	2.733	1.648
Provisões	17	-	-	2.753	-
Outros passivos		332	35	17.864	(1.139)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(9.256)	(9.247)
Caixa líquido gerado/usado nas atividades operacionais		<u>(5.215)</u>	<u>(4.778)</u>	<u>683.427</u>	<u>413.369</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado e intangível	11	-	-	(6.876)	(4.070)
Aporte de capital de empreendimentos de controladas em conjunto	10.2	(2.290.001)	-	(2.290.001)	-
Aquisição de controlada líquido do caixa adquirido	10	(410.086)	-	(410.086)	-
Aporte de capital em controlada	10	(67.328)	-	-	-
Aplicação de Títulos e valores mobiliários	5.1	(182.500)	(141.235)	170.435	(350.296)
Resgates de Títulos e valores mobiliários	5.1	277.954	13.140	(15.857)	32.590
Dividendos recebidos	10	428.960	144.978	-	-
Caixa líquido gerado/usado nas atividades de investimento		<u>(2.243.001)</u>	<u>16.883</u>	<u>(2.552.385)</u>	<u>(321.776)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos e financiamentos	18	200.000	-	200.000	(52.002)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debentures - Principal	19 e 18	-	-	(141.722)	-
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debentures - Juros e variação monetária	19 e 18	-	-	(239.750)	-
Pagamento de remuneração de ações preferenciais	16	(21.447)	(6.031)	(21.447)	(6.031)
Aporte de capital	21	2.090.000	-	2.090.000	-
Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	(16.894)	-	(9.419)	(4.938)
Dividendos pagos	21	(3.348)	(6.090)	(3.348)	(9.230)
Caixa líquido gerado/usado nas atividades de financiamento		<u>2.248.311</u>	<u>(12.121)</u>	<u>1.874.314</u>	<u>(72.201)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		<u>95</u>	<u>(16)</u>	<u>5.356</u>	<u>19.392</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	54	54	20.457	20.457
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	149	70	25.813	1.065
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		<u>95</u>	<u>(16)</u>	<u>5.356</u>	<u>19.392</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
RECEITAS				
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	29.343	30.726
Ganho de eficiência	-	-	111.749	-
Receitas relativas à operação de ativos próprios	-	-	128.730	107.346
Receitas relativas à remuneração do ativo da concessão	-	-	1.034.849	990.112
Receitas relativas à parcela Variável e outras deduções	-	-	(4.506)	(9.993)
Outras receitas	-	-	-	900
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Serviços de terceiros	(7.085)	(4.736)	(54.001)	(56.596)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(7.085)	(4.736)	1.246.164	1.062.495
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(2.365)	(888)	(5.532)	(3.139)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(9.450)	(5.624)	1.240.631	1.059.356
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado da equivalência patrimonial	624.882	365.808	13.898	-
Outras receitas/despesas operacionais	-	-	5.917	(10.792)
Receitas financeiras	11.049	1.291	80.509	30.484
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	626.481	361.475	1.340.956	1.079.048
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	626.481	361.475	1.340.956	1.079.048
Pessoal				
Remuneração direta	-	-	51.919	44.032
Benefícios	-	-	5.276	35.969
FGTS	-	-	1.720	5.411
	-	-	44.923	2.652
Impostos, taxas e contribuições				
Tributos federais	-	-	296.479	305.144
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	51.306	9.043	417.382	377.440
Remuneração de capitais próprios				
Lucro líquido do exercício	575.175	352.432	575.175	352.432

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1 Informações gerais

A Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, listada como categoria “B” na Bolsa de Valores de São Paulo - B3 e registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, domiciliada na Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e foi constituída em 23 de março de 2016.

A Companhia tem por objeto a participação no capital de outras entidades, como acionista. Adicionalmente, a Companhia poderá explorar atividades nas áreas de infraestrutura, de eletricidade, construção civil e instalações elétricas, podendo, para tanto, participar de leilões e concessões, habilitar-se em licitações e formar Sociedades de Propósito Específico - SPEs.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia detém as seguintes participações societárias:

	Classificação	Participação - %	
		31/12/2022	31/12/2021
Argo Transmissão de Energia S.A. (“Argo I”)	Controlada	100%	100%
Argo II Transmissão de Energia S.A. (“Argo II”)	Controlada	100%	100%
Argo III Transmissão de Energia S.A. (“Argo III”)	Controlada	100%	100%
Argo IV Transmissão de Energia S.A. (“Argo IV”)	Controlada	100%	-
Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A. (“Argeb”)	Controlada em conjunto	62,5%	-

a. Argo I

Em 13 de abril de 2016, o Consórcio Transmissão do Brasil, formado pela FTRSPE 3 Empreendimentos e Participações S.A. (1%) e Pátria Infraestrutura III - FIP (99%), foi declarado vencedor do Leilão Público nº 013/2015, realizado na B3, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à linha de transmissão Bacabeira - Tianguá - Pecém. A homologação foi publicada no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2016.

Em 27 de junho de 2016, a Argo I assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 09/2016, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para a construção, implementação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelas linhas de transmissão: LT 500 kV Bacabeira - Parnaíba III C1 e C2, circuito simples, com aproximadamente 312 km cada; LT 500kV Parnaíba III - Acaraú III, circuito simples, com aproximadamente 191 km; LT 500kV Acaraú III - Pecém II, circuito simples, com aproximadamente 161 km; LT 500 kV Acaraú III - Tianguá II, circuito simples, com aproximadamente 150 km; Subestação Bacabeira 500 kV; Subestação Parnaíba III 500 kV e Compensador Estático (-150/300) Mvar; Subestação Acaraú II 500 kV; Subestação Tianguá II 500 kV; e respectivas entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Argo I teve um investimento total de aproximadamente R\$2.230.000. A Receita Anual Permitida - (RAP) foi determinada em R\$404.961 (valor original) na data do leilão e atualizada para R\$580.939 (valor para o ciclo 2022-2023) com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo I.

Em 14 de maio de 2019, a Companhia obteve a Licença de Operação nº 1517/2019 (5027595), emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para a Linha de Transmissão 500 kV Bacabeira – Pecém II, referente ao Lote A do Leilão ANEEL nº 13/2015, Contrato de Concessão nº 09/2016 – ANEEL.

A Licença de Operação corresponde à autorização do IBAMA para a operação do empreendimento ou da atividade, após verificar o cumprimento do que consta nas licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e as condições determinadas para a operação.

Em 7 de setembro de 2019, a Companhia disponibilizou seus ativos para operação parcial, dessa forma, antecipando parcialmente o início de recebimento da RAP em cerca de 21 meses. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida contratualmente, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Em janeiro de 2020, ocorreu a entrada em operação definitiva, quando a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema a TDL (termo de liberação definitivo) para incorporação ao Sistema Nacional Integrado. O ganho proveniente desta entrada antecipada em operação foi mensurado considerando o fluxo proporcional da RAP de 21 meses descontada a valor presente e foi reconhecido no resultado daquele exercício.

b. Argo II

Em 28 de outubro de 2016, o Consórcio Transmissão do Brasil, formado pela FTRSPE 3 Empreendimentos e Participações S.A. (1%) e FIP P2 Brasil Infraestrutura (99%), foi declarado vencedor do Leilão Público nº 013/2015, realizado na B3, para a aquisição da Concessão da Subestação Janaúba 3 - Compensadores Síncronos. A homologação foi publicada no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2016.

Em 10 de fevereiro de 2017, a Argo II assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 16/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para a construção, implementação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas por dois Compensadores Síncronos de Reativos em 500Kv na Subestação Janaúba III, - 90/+150 Mvar cada, incluindo transformadores elevadores e respectivas conexões, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Argo II finalizou a construção total do empreendimento, e conseqüentemente reconheceu o ganho na entrada em operação pós recebimento do TLD - Termo de liberação definitiva da ANEEL em fevereiro de 2022. O montante de ganho reconhecido no resultado do exercício foi de R\$ 89.571.

O ganho proveniente desta entrada antecipada em operação foi mensurado considerando o fluxo proporcional da RAP de 21 meses descontada a valor presente e foi reconhecido no resultado desse

exercício, conforme nota 23.

A receita que será faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida contratualmente, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

c. Argo III

Em 7 de março de 2017, a Cobra Brasil Serviços, Comunicação e Energia S.A. (“Cobra Brasil”), ex-acionista da Companhia, foi declarada vencedora do Lote 32 do Leilão Público ANEEL nº 05/2016, realizado na BM&FBOVESPA para a assinatura do contrato de concessão de transmissão de energia elétrica referente à instalação de transmissão de rede básica.

No dia 10 de agosto de 2017, a Argo III assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 49/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para a construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, localizadas no Estado de Minas Gerais.

Em 26 de novembro de 2018, a Companhia e a Cobra Brasil assinaram o Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual a Companhia adquire 100% do capital social da Guaporé Transmissora de Energia S.A., antiga denominação social da Argo III Transmissão de Energia S.A. (“Argo III”). Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 9 c).

As instalações de transmissão que estão localizadas no estado de Rondônia, são compostas pela Linha de Transmissão Samuel - Ariquemes, C4,230 kV, com extensão de 145 km; Linha de Transmissão Ariquemes - Ji-Parana, C4, 230 kV, com extensão de 165 km; Compensador Sincrono de Reativos na SE 230 kV Ji-Parana de (-90+150) Mvar; Compensador Sincrono de Reativos na SE 230 kV Ariquemes de (-90+150) Mvar; Novo pátio de fc9 kV na Subestação Coletora Porto Velho, 2x (90+10) MVA; Novo pátio de 138 kV na Subestação Jaru, (3+1) 16,7 MVA; conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Argo III finalizou a construção total do empreendimento, e conseqüentemente reconheceu o ganho na entrada em operação pós recebimento do TLD - Termo de liberação definitiva da ANEEL em fevereiro de 2022. O montante de ganho reconhecido no resultado do exercício foi de R\$ 22.178.

O ganho proveniente desta entrada antecipada em operação foi mensurado considerando o fluxo proporcional da RAP de 21 meses descontada a valor presente e foi reconhecido no resultado desse exercício, conforme nota 23.

d. Argo IV

Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia e a Rialma III Transmissão de Energia S.A. assinaram o Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual a Companhia adquire 100% do capital social da Rialma Transmissora de Energia III., antiga denominação social da Argo IV Transmissão de Energia S.A. (“Argo IV”).

A Argo IV Transmissão de Energia S.A. (anteriormente denominada Rialma Transmissora de Energia III S.A.) (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 09 de junho de 2017, com sede na cidade de São Paulo - SP. A Companhia iniciou suas operações comerciais em julho de 2021.

Tem por objeto a transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção da instalação de transmissão pelo prazo de 30 (trinta) anos, referente ao lote 30, objeto de leilão da ANEEL, composto pelas instalações localizadas no estado de Piauí, Pernambuco e Ceará, compostas pela linha de transmissão Milagres II, Queimada Nova II, em 500 kv com extensão aproximada de 322 km, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 11 de agosto de 2017 e do Edital do Leilão ANEEL nº 05/2016.

A Companhia finalizou a construção total do empreendimento em julho de 2021, e o investimento total previsto é de aproximadamente R\$465.848. A RAP do contrato de concessão foi determinada em aproximadamente R\$63.900 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$ 86.442 (valor para o ciclo 2021-2022), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo IV.

A receita que será faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida contratualmente, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

e. Argeb

A Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, listada como categoria “B” na Bolsa de Valores de São Paulo - B3, domiciliada na Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e foi constituída em 02 de agosto de 2022.

A Argeb tem por objeto a participação no capital de outras entidades, como acionista. Adicionalmente, a Argeb poderá explorar atividades nas áreas de infraestrutura, de eletricidade, construção civil e instalações elétricas, podendo, para tanto, participar de leilões e concessões, habilitar-se em licitações e formar Sociedades de Propósito Específico - SPEs.

Em 31 de dezembro de 2022, a Argeb detém 100% de participações societárias nas companhias: Argo V Transmissão de Energia S.A. (“Argo V”), Argo VI Transmissão de Energia S.A. (“Argo VI”), Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. (“Argo VII”), Giovanni Sanguinetti Transmissora de Energia S.A. (“Argo VIII”), Argo IX Transmissão de Energia S.A. (“Argo IX”).

Controlada Argeb	Contrato de concessão	Vigência	RAP Atualizada	RAP Histórica
Argo V Transmissão de Energia S.A	Nº 17/2014	30 anos	R\$100.904	R\$45.569
Argo VI Transmissão de Energia S.A	Nº 18/2014	30 anos	R\$89.820	R\$48.835
Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A	Nº 05/2015	30 anos	R\$260.506	R\$144.600
Giovanni Sanguinetti transmissora de energia S.A	Nº 11/2017	30 anos	R\$154.407	R\$114.558
Argo IX Transmissão de Energia S.A	Nº 17/2017	30 anos	R\$174.570	R\$130.510

1.1. Aquisição de novos ativos e novos investimentos em controladas em conjunto

Argo IV:

Em 03 de novembro de 2021, a Companhia firmou contrato de compra e venda da totalidade das ações da Argo IV Transmissão de Energia S.A. (anteriormente denominada Rialma Transmissora de Energia III S.A.) para a Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. A transferência de controle foi anuída previamente pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio do despacho nº 4.061 de 20 de dezembro de 2021 e em 27 de janeiro de 2022 foi obtida também a anuência prévia do Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB por meio do ofício 2022/0183-064. A transferência de controle ocorreu em 31 de janeiro de 2022, em decorrência da transferência a denominação da Companhia passa a ser Argo IV Transmissão de Energia S.A. Para maiores detalhes sobre essa aquisição veja nota explicativa 3.12 – Combinação de negócios.

Argeb:

Em 29 de julho de 2022 Companhia, firmou contrato de compra e venda da totalidade das ações das sociedades Argo V Transmissão de Energia S.A (anteriormente denominada ODOYA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A), Argo VI Transmissão de Energia S.A (anteriormente denominada Esperanza Transmissora de Energia S.A), Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A., Giovanni Sanguinetti Transmissora de Energia S.A. e Argo IX Transmissão de Energia S.A (anteriormente denominada Veredas Transmissora de Energia S.A. A transferência de controle foi anuída previamente pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio do despacho nº 2.794 de 29 de setembro de 2022 e em 08 de novembro de 2022 foi obtida também a anuência prévia do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social. – BNDES por meio da carta AE/DEENE1 nº113/2022. A transferência de controle ocorreu em 30 de novembro de 2022, e o valor da contraprestação foi de R\$ 4.339.936.

As Ações das Companhias foram adquiridas por um veículo especialmente constituído pela Argo e pelo Grupo Energía Bogotá S.A. ESP (“GEB”), por meio de seu veículo de investimentos no Brasil, a Gebbras Participações Ltda. (“Gebbras”), na proporção de 62,5% para a Argo, mediante aporte de capital de R\$ 2.290.001 e 37,5% para a GEB através da Gebbras, mediante aporte de capital de R\$ 1.374.000. Como forma de obter os recursos necessários para efetuar essa aquisição, a Companhia contou com uma capitalização pari-passu (50%-50%) de seus acionistas GEB e Red Electrica Brasil Holding LTDA. (“REB”), subsidiária da sociedade espanhola Redeia (Red Electrica Internacional, S.A.U.).

1.2. Capital circulante líquido – CCL

A Companhia apresentou no nível de controladora em 31 de dezembro de 2022 o montante de CCL negativo de R\$ 423.486. Destacam-se como principais fatores para este cenário a captação da Nota Promissória de Curto Prazo, em janeiro de 2022 para aquisição da Argo IV, com vencimento em março 2023, e o vencimento das ações preferenciais resgatáveis em abril de 2023. Dentro deste contexto, seguindo o planejamento financeiro da Companhia, com a concretização da entrada integral das operações das subsidiárias Argo II Transmissão de Energia S.A., Argo III Transmissão de Energia S.A. e Argo IV Transmissão de Energia S.A, bem como, o recebimento de dividendos adicionais e intermediários de suas controladas, os quais serão submetidos a aprovação do Banco

Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e em caso de anuência serão pagos das SPE's para a Argo Energia. A Companhia também destaca que em caso de não anuência para tal distribuição de dividendos, será avaliada a captação de empréstimos de curto prazo ou o alongamento do vencimento das notas promissórias. A administração entende que possui liquidez satisfatória, e ressalta que conta com disponibilidade de linhas de créditos junto as instituições financeiras para honra seus compromissos de curto prazo se necessário.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiro “*IFRS – International Financial Reporting Standards*”, emitidas pelo “*IASB – International Accounting Standards Board*”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as orientações, interpretações e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações financeira foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2023. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de forma que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- (a) Ativo de concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.
- (b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; e (ii) operação e manutenção, da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão.
- (c) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 30 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- (d) Combinação de negócios: As combinações de negócios são consideradas no momento da aquisição do controle de um negócio, sendo os montantes reconhecidos mensurados a valor justo com base em laudos de avaliação elaborados por avaliadores independentes.
- (e) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 26).

- (f) Controle conjunto: conforme mencionado no IFRS 11/CPC 19, o empreendedor em conjunto deve reconhecer seus interesses em empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) como investimento e deve contabilizar esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, a menos que a entidade esteja isenta da aplicação do método da equivalência patrimonial, conforme especificado no Pronunciamento e se permitido legalmente. Visto isso, a Companhia conclui que possui controle conjunto sobre a sociedade Argeb, e que, apesar de deter 62,5% de participação, a acionista não exerce controle sobre a dita sociedade de acordo com os termos estabelecidos no IFRS 11/CPC 19.

3 Principais políticas contábeis

3.1 Base de consolidação e investimento em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia (controladora).

O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática de conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes quando as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. O resultado de cada componente são atribuídos aos proprietários da Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As principais eliminações no processo de consolidação foram as seguintes:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas.
- Participações no capital e reservas das empresas consolidadas.
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

3.1.1 Investimentos em controladas em conjunto

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como empreendimento controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 45 - Divulgação em Outras Entidades, as demonstrações financeiras relativas a cada um dos empreendimentos controlados em conjunto relevantes e coligada estão apresentadas, conforme nota 10.2. Os investimentos destes empreendimentos foram contabilizados utilizando o método da equivalência.

3.2 Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3 Instrumentos financeiros

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação
Caixa, equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo através do resultado
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Financiamentos	Custo amortizado
Contas a pagar - partes relacionadas	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado
Ações preferenciais	Custo amortizado

3.4 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

Para a controlada ARGO II, o imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pelo método do lucro presumido, regime caixa, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017, no qual as bases são obtidas a partir da aplicação de 8% para Imposto de Renda e 12% para Contribuição Social, acrescidas do total de receita financeira durante o exercício. Sobre a base de cálculo aplicam-se as alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$ 240 ao ano para imposto de renda e de 9% para contribuição social.

O saldo dos impostos diferidos ativo é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas nominais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

3.5 Patrimônio líquido

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

3.6 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza da Companhia e sua distribuição durante determinado período, conforme requerido pela legislação societária brasileira, é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória, mas apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS's. Sua elaboração foi preparada com base nas informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Essa demonstração reflete em sua primeira parte:

- (a) A riqueza auferida pela Companhia, representada por suas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável);

- (b) Os insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e a recuperação de valores ativos);
- (c) O valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas);
- (d) E a segunda parte da DVA reflete:
- (e) A distribuição da riqueza entre os grupos: pessoal; impostos; taxas e contribuições; remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.7 Demonstração dos fluxos de caixa

Elaborada pelo método indireto e apresentadas de acordo com a deliberação da CVM – Comissão de Valores Mobiliários nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.8 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. A Companhia não possui instrumentos diluidores para fins de apresentação nesta demonstração financeira.

3.9 Reconhecimento e mensuração de receita e do Ativo da concessão

As subsidiárias da Companhia possuem contratos de concessão de transmissão de energia elétrica firmados com o Poder Concedente, que incluem obrigações de desempenho relacionadas à construção e melhoria da infraestrutura de transmissão de energia elétrica e à operação e manutenção dessa infraestrutura.

Os contratos de concessão estabelecem que mesmo após o cumprimento da obrigação de desempenho de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão, as subsidiárias da Companhia ainda devem cumprir com a obrigação de desempenho de operação e manutenção com o objetivo de manter a disponibilidade da rede de transmissão de acordo com as exigências da ANEEL. Uma vez que o direito incondicional à contraprestação da receita de construção ou melhoria da infraestrutura depende do cumprimento da obrigação de desempenho de operação e manutenção, a receita é reconhecida em contrapartida de um Ativo da concessão de acordo com o CPC 47 (IFRS 15). Esse Ativo da concessão passa ser classificado como Contas a Receber (ativo financeiro), a medida que a Companhia passe a ter direito incondicional à caixa.

Após a entrada em operação da infraestrutura de transmissão a Companhia será paga e remunerada através da Receita Anual permitida (RAP), cujos valores são determinados no contrato de concessão e recebidos mensalmente pela Companhia pela disponibilização da infraestrutura de

transmissão de energia. A RAP inclui a remuneração pela construção e melhoria da infraestrutura, operação e manutenção, e também um componente de remuneração financeira pelo prazo do contrato. Entretanto, os contratos de concessão definem somente o valor total da RAP, isto é, não estabelecem o valor da RAP por obrigação de desempenho.

(a) Reconhecimento e mensuração de receita:

As receitas provenientes do contrato de concessão são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- **Passo 1:** Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- **Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- **Passo 3:** Determinar o preço da transação.
- **Passo 4:** Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- **Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

As subsidiárias da Companhia reconhecem receita conforme descrito abaixo:

- (i) Receita de construção: a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção.
- (ii) Receita de remuneração do Ativo de concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do Ativo da concessão, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente. A taxa de remuneração do Ativo da concessão varia de 9,67% a 9,76% ao ano, dependendo do contrato de concessão

Adicionalmente, A modelagem financeira utilizada pelas subsidiárias da Companhia na mensuração do Ativo da concessão de concessão inclui entre outros elementos, a determinação de uma contraprestação variável aplicável ao preço do contrato. O valor da contraprestação recebida pela Companhia pela construção da infraestrutura de concessão é reajustado anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA dos últimos doze meses na data de reajuste. As subsidiárias da Companhia efetuam o cálculo da contraprestação variável com base no IPCA realizado entre a data da última homologação da Receita Anual Permitida - RAP pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a data base das demonstrações financeiras, e reconhece esse valor na medida em que é altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não irá ocorrer. Em 31 de dezembro de 2022 o valor dessa contraprestação variável é de R\$ 371.799 mil, representando um acréscimo na receita de

remuneração do Ativo da concessão da concessão em contrapartida do saldo do Ativo da concessão da concessão.

- (iii) Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, à medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal.

(b) Reconhecimento e mensuração do Ativo de concessão

Conforme descrito acima o Ativo de concessão é reconhecido em contrapartida da receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão.

Adicionalmente, os contratos de concessão estabelecem que as subsidiárias da Companhia devem construir e efetuar melhorias na infraestrutura de transmissão, sendo que a contraprestação a ser paga pelo Poder Concedente por esse serviço de construção e melhoria será recebida pela Companhia ao longo do contrato de concessão. Como todos os contratos de concessão detidos pelas subsidiárias da Companhia têm prazo de 30 anos (conforme descrito nas notas explicativas 1 (a), (b) e (c)), a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão.

O montante do Ativo de concessão é mensurado com base em uma modelagem financeira que desconta a valor presente os fluxos de recebimentos futuros provenientes da RAP, com base em uma taxa de juros que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos. Essa taxa considera os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.

A receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão e a receita de remuneração do Ativo da concessão da concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

3.10 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

a. Ativos financeiros e ativos de contrato (concessão)

Um ativo de concessão não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro e Ativo da concessão é reconhecida como segue:

- (i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b. Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. Não foram identificados eventos que deveriam ser submetidos ao teste *de impairment*.

3.11 Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um único segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica, que representa integralmente a receita total do Grupo. É dessa forma que o Conselho de Administração, os principais tomadores de decisão estratégica e operacional do Grupo avalia a “performance” dos empreendimentos e aloca os recursos necessários.

3.12 Combinação de negócios

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1(d), em 31 de janeiro de 2022 a Companhia finalizou a aquisição da ARGO IV. Considerando que a concessão é firmada com o Poder Concedente, regulada pela ANEEL e que os contratos de concessão estabelecem um direito de receber caixa sem nenhum risco de demanda (RAP), a Companhia identificou e avaliou o valor justo dos ativos e passivos com base no pronunciamento técnico CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios. O ativo de concessão da controlada foi avaliado com base na metodologia de fluxo de caixa descontado a valor presente e os respectivos impostos diferidos foram reconhecidos. O fluxo de caixa foi descontado utilizando as taxas de desconto que refletem avaliações correntes de mercado e a característica do contrato de concessão.

Período de mensuração do “Purchase Price Allocation (PPA)” – a Companhia calculou os valores da combinação de negócio de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination”. Dessa forma, a Companhia efetuou a alocação entre a contraprestação transferida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição, de acordo com quadro baixo:

Data de aquisição	31/01/2022
Participação	100%
Contraprestação Contingente (a)	15.200
Contraprestação Transferida (b)	410.243
Contraprestação Transferida + Contraprestação Contingente	425.443
<u>Valor contábil do PL</u>	<u>282.161</u>

<u>Valor alocado na aquisição</u>	143.282
Alocação de direito de concessão (c)	104.246
Alocação como garantia de fornecedores (d)	39.036
Alocação Ágio (e)	35.444
Alocação do IR/CSLL Diferidos Passivo (e)	(35.444)

- (a) Valor retido da contraprestação transferida que foi tratado como contraprestação contingente.
- (b) O valor da contraprestação transferida líquido do caixa adquirido é de R\$ 410.086 que é referente a contraprestação transferida total no montante de R\$ 410.243 subtraído do caixa de R\$ 157 adquirido da Argo IV Transmissão de Energia S.A. em 31 de janeiro de 2022.
- (c) Conforme ICPC 09 a alocação definida como direito de concessão foi de R\$ 104.246, sendo classificado como investimento na controladora líquido de IR e CS Diferidos.
- (d) Reconhecimento de garantia de fornecedores relacionado a passivo contingente dentro da empresa adquirida, reconhecido como outros créditos na controladora e apresentado como redutora do saldo de fornecedores no consolidado.
- (e) Reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre o direito de concessão.

Abaixo se encontram os ativos adquiridos e os passivos assumidos na aquisição da Argo IV em 31 de janeiro de 2022:

<u>31/01/2022</u>	
Ativo Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	157
Contas a receber	7.838
Impostos a recuperar	225
Adiantamentos a fornecedores	1
Despesas antecipadas	292
Ativo contratual de concessão	83.610
	92.123
Ativo Não circulante	
Aplicações financeiras vinculadas	9.776
Despesas antecipadas	411
Ativo contratual de concessão	823.098
Imobilizado	26
	833.311

Total do ativo	925.434
	31/01/2022
Passivo Circulante	
Fornecedores e contas a pagar	40.902
Obrigações tributárias	696
Obrigações trabalhistas	127
Empréstimos e financiamentos	18.857
Taxas regulamentares a pagar	434
Outros passivos	730
	61.746
Passivo Não circulante	
Empréstimos e financiamentos	316.930
Tributos diferidos	197.271
Contas a pagar às partes relacionadas	67.326
	581.527
Patrimônio líquido	
Capital social	105.500
Reserva legal	15.654
Reservas de lucros	161.007
Total do patrimônio líquido	282.161
Total do passivo e do patrimônio líquido	925.434

As práticas e os critérios contábeis adotados pela Argo IV Transmissora de Energia S.A. estão alinhadas com as práticas contábeis adotadas pelo Grupo.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	72	7	24.617	19.804
Aplicações automáticas (*)	77	47	1.196	653
Total	149	54	25.813	20.457

(*) Referem-se a aplicações financeiras automáticas em títulos privados representadas, substancialmente, por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e operações compromissadas de compra e revenda de CDBs, as quais possuem liquidez imediata e rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O rendimento médio da carteira em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi de 20% do CDI, e todas as aplicações são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

5 Títulos e valores mobiliários

5.1 Circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Títulos e valores mobiliários (*)	48.714	133.119	397.459	632.546
Total	48.714	133.119	397.459	632.546

(*) Aplicações financeiras realizadas em CDB de instituições financeiras e em Fundos Santander e Itaú Referenciados DI (referenciado na variação do CDI) com remuneração média de 102% do CDI no período findo em 31 de dezembro de 2022 (106,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

5.2 Fundos Vinculados – Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Conta Reserva (i)	16.894	-	157.213	138.088
Total	16.894	-	157.213	138.088

(i) Controladora – inclui fundos em garantia relacionada à transação de compra do investimento Argo IV. Consolidado - Para fins de garantia da operação da emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas “conta reserva”, o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES e 1 (uma) parcela referente ao pagamento das debêntures. Em 31 de dezembro de 2022 a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento títulos públicos renda fixa referenciado DI no Banco Bradesco. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. E conta reserva junto ao Banco do Nordeste S.A. (“BNB”) correspondendo a 2,80% do total do financiamento com o BNB. O montante é aplicado no BNB Automático FI RF Curto Prazo, com rentabilidade de 90,4% do CDI em 2022

6 Contas a receber de clientes - consolidado

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber de Clientes (*)	81.233	54.677
Total	81.233	54.677

(*) valores de clientes faturados, indicados conforme RAP – Receita anual permitida

O Grupo não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, o Grupo, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Títulos a vencer	75.149	52.689
Títulos vencidos em até 90 dias	1.502	929
Títulos vencidos há mais de 90 dias	4.582	1.059
	81.234	54.677

7 Outros tributos a compensar

Os tributos a recuperar da Companhia e de suas controladas, em sua maioria, são advindos de retenções na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras e faturamento (autarquia). O detalhamento do montante encontra-se logo abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL	3.202	912	75.291	43.170
Outros impostos	-	-	89	505
Total	3.202	912	75.380	43.675

8 Despesas pagas antecipadamente

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Seguros a apropriar (*)	11	11	704	682
Fianças bancárias	-	-	8.978	-
Total	11	11	9.682	682

(*) Refere-se à apólices de seguro assumidas pela companhia conforme descrito na nota explicativa nº 28.

9 Ativo da concessão - Consolidado

Saldos acumulados:	31/12/2022	31/12/2021
Receita de construção	4.253.887	4.224.542
Remuneração do ativo da concessão	3.132.383	2.097.531
Aquisição Argo IV	906.708	-
Recebimentos / Reclassificação contas a receber	(2.057.859)	(1.215.854)
Ganho de eficiência (*)	854.233	742.483
Receita de operação e manutenção	328.524	199.797
Total	7.417.876	6.048.500
Circulante	902.162	738.834
Não circulante	6.515.714	5.309.666

(*) Reconhecimento pela entrada antecipada da operação da controlada Argo I, Argo II e Argo III. O valor foi mensurado considerando a antecipação da RAP adicional trazida a valor presente quando da conclusão definitiva da construção e recebimento da TDL – Termo de Liberação Definitivo para operação integrada ao SIN sem pendências emitido pela ONS – Operador do Sistema Nacional.

Margens de Obrigações de Performance

	Consolidado	
	2022	2021
Margem de Construção		
Receita	29.345	30.492
Custos	(19.057)	(27.418)
Margem (R\$)	10.288	3.308
Margem Percebida (%)	35,06%	10,85%

Margem de O&M

**Argo Energia Empreendimentos e
Participações S.A. e Controladas**
*Demonstrações Financeiras Individuais
e Consolidadas Referentes ao Exercício
Findo em 31 de dezembro de 2022*

Receita	128.729	107.345
Custos	<u>(43.453)</u>	<u>(40.626)</u>
Margem (R\$)	<u>85.276</u>	<u>66.719</u>
Margem Percebida (%)	66,24%	62,15%

A movimentação do saldo de ativo da contrato é como segue:

Saldo em 31/12/2020	5.566.717
Receita de construção	30.492
Remuneração do ativo de concessão (receitas financeiras)	990.045
Receita de operação e manutenção	107.346
Recebimentos / Reclassificação para contas a receber	<u>(646.100)</u>
Saldo em 31/12/2021	<u>6.048.500</u>
Receita de construção	29.343
Remuneração do ativo de concessão (receitas financeiras)	1.034.849
Aquisição Argo IV	906.708
Receita de operação e manutenção	128.730
Recebimentos / Reclassificação para contas a receber	(842.003)
Ganho de eficiência (i)	<u>111.749</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u><u>7.417.876</u></u>

- (i) Reconhecimento pela entrada antecipada da operação. O valor foi mensurado considerando a antecipação da RAP adicional trazida a valor presente quando da conclusão definitiva da construção e recebimento da TLD – Termo de Liberação Definitivo para operação integrada ao SIN sem pendências emitido pela NOS – Operador do Sistema Nacional

10 Investimentos em controladas e controladas em conjunto

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial	4.994.273	2.190.702
Direito de Concessão (*)	<u>124.592</u>	<u>22.711</u>
Total	<u>5.118.865</u>	<u>2.213.413</u>

(*) Referem-se ao valor justo do direito de concessão na aquisição dos ativos da controlada.

- (a) Movimentação dos investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial e cumprimento da Instrução CVM nº 247/96 em 2022 e 2021:

Controladora

	Saldo em 31/12/2021	Direito de Concessão Argo IV	Aquisição Argo IV	Aporte / AFAC	Amortização do direito de Exploração III e IV	Dividendos recebidos	Dividendos a receber	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2022
Argo I	1.864.552	-	-	-	-	(337.864)	(26.877)	368.012	1.867.824
Argo II	181.157	-	-	-	-	(33.927)	(4.831)	133.096	275.496
Argo III	167.704	-	-	-	(888)	(57.169)	-	55.082	164.730
Argo IV (i)	-	104.246	282.159	67.328	(1.478)	-	-	54.793	507.049
Total	2.213.413	104.246	282.159	67.328	(2.366)	(428.960)	(31.708)	610.983	2.815.099

(i) Refere-se a equivalência patrimonial correspondente ao período de 31 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Empreendimentos controlados em conjunto

	Saldo em 31/12/2021	Aporte	Dividendos a receber	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2022
Argeb (ii)	-	2.290.001	(132)	13.897	2.303.766
Total	-	2.290.001	(132)	13.897	2.303.766

(ii) A equivalência patrimonial refere-se a porcentagem de participação de 62,5% no resultado da controlada em conjunto, correspondente ao período de 02 de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022.

Controlada	Saldo em 31/12/2020	Amortização do direito de concessão	Dividendos Recebidos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2021
Argo I	1.615.790	-	(144.608)	393.370	1.864.552
Argo II	180.732	-	(245)	670	181.157
Argo III	196.950	(888)	(125)	(28.233)	167.704
Total	1.993.472	(888)	(144.978)	365.806	2.213.413

10.1 Controladas

As controladas são concessionárias de transmissão de energia elétrica. As informações relevantes, incluindo o percentual de participação da Companhia em cada uma das controladas, está demonstrada a seguir:

Controlada	31/12/2021							
	Quantidade total de Ações	% de participação	Capital social	Ativo total	Passivo total	Patrimônio Líquido	Receita líquida	Lucro Líquido
Argo I	499.811.000	100%	499.811	5.627.267	3.762.715	1.864.552	882.365	393.370
Argo II	38.045.000	100%	38.045	386.280	205.123	181.157	43.545	25.774
Argo III	116.250.000	100%	116.250	837.748	692.755	144.993	83.586	(28.233)

Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. e Controladas
Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2022

31/12/2022								
Controladas	Quantidade de ações	% de participação	Capital social	Ativo total	Passivo total	Patrimônio Líquido	Receita líquida	Resultado das controladas
Argo I	499.811.000	100%	499.811	5.717.434	3.849.610	1.867.823	752.248	368.012
Argo II	38.045.000	100%	38.045	506.504	231.007	275.497	166.247	133.096
Argo III	116.250.000	100%	116.250	924.634	781.728	142.906	149.257	55.082
Argo IV	172.825.949	100%	172.826	995.166	590.763	404.403	109.916	(25.104)

10.2 Empreendimentos Controlados em conjunto

Todas as informações apresentadas abaixo representam 100% dos saldos dos empreendimentos controlados em conjunto que, na avaliação da Companhia, considerados relevantes.

31/12/2022							
Negócios conjuntos	Quantidade de ações	% de participação	Capital social	Ativo total	Passivo total	Patrimônio Líquido	Resultado da controlada em conjunto
Argeb	2.290.001.000	62,5%	2.290.001	4.334.826	690.920	3.664.001	22.236

10.2.1 Balanço Patrimonial - Consolidado

	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	76.802
Títulos e valores mobiliários	148.667
Contas a receber	85.032
Ativo da concessão	830.558
Outros tributos a compensar	22.667
Despesas pagas antecipadamente	3.044
Outros créditos	17.704
Total do ativo circulante	1.184.473
ATIVO NÃO CIRCULANTE	
Ativo da concessão	6.726.362
Fundos vinculados – caixa restrito	138.151
Outros créditos	117
Imobilizado	248
Intangível	1.489.648
Total do ativo não circulante	8.354.526
TOTAL ATIVO	9.539.000
PASSIVO CIRCULANTE	
Fornecedores	1.574
Imposto de renda e contribuição social	7.880
Obrigações tributárias	7.520
Financiamentos	844.305
Debêntures	48.368
Obrigações regulatórias	6.803

*Argo Energia Empreendimentos e
Participações S.A. e Controladas
Demonstrações Financeiras Individuais
e Consolidadas Referentes ao Exercício
Findo em 31 de dezembro de 2022*

PIS e COFINS diferidos	76.827
Dividendos a pagar	211
Partes relacionadas	3.136
Outros passivos	12.528
Total do passivo circulante	1.009.150
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
Financiamentos	2.658.062
Debêntures	607.901
Provisões	656
Imposto de renda e contribuição social diferidos	955.016
PIS e COFINS diferidos	622.188
Total do passivo não circulante	4.843.824
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Capital social	3.664.001
Lucros acumulados	22.024
Total do patrimônio líquido	3.686.025
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.539.000

10.2.2 Demonstração do Resultado - Consolidado

	<u>31/12/2022</u>
RECEITA LÍQUIDA	79.740
CUSTO DE O&M	(3.329)
LUCRO BRUTO	76.140
DESPESAS OPERACIONAIS	
Gerais e administrativas	(3.224)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	72.917
RESULTADO FINANCEIRO	
Receitas financeiras	3.071
Despesas financeiras	(42.079)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(39.007)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-
Corrente	(5.733)
Diferido	(10.614)
Benefício fiscal sobre imposto corrente	4.673
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	22.236*

* O Resultado corresponde ao saldo da ARGEB Energia Empreendimentos e Participações S.A desde a sua constituição e possui um mês de operação das SPE's adquiridas a partir da data de transferência do controle em 30 de novembro de 2022.

11 Imobilizado e intangível – consolidado

11.1 Imobilizado – Consolidado

**Argo Energia Empreendimentos e
Participações S.A. e Controladas**
*Demonstrações Financeiras Individuais
e Consolidadas Referentes ao Exercício
Findo em 31 de dezembro de 2022*

	Taxa média depreciação	Depreciação		Líquido
		Custo	acumulada	
Máquinas e Equipamentos	6,71%	22.623	(3.782)	18.841
Veículos	13,16%	8.901	(2.276)	6.625
Móveis e utensílios	5,24%	1.070	(238)	834
Total		32.594	(6.296)	26.300

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	Saldos em 31/12/2021	Adições / Baixas	Reclassificação	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Máquinas e equipamentos	16.895	3.311	(87)	(1.291)	18.828
Veículos	6.938	3.123	(2.408)	(958)	6.696
Móveis e utensílios	987	(119)	(37)	(78)	753
Aquisição Argo IV	-	28	-	(4)	24
Total	24.820	6.343	(2.532)	(2.331)	26.300

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Transferências	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Máquinas e Equipamentos	16.563	1.472	-	(1.140)	16.895
Veículos	5.809	1.698	-	(569)	6.938
Móveis e utensílios	1.014	42	-	(69)	987
Total	23.386	3.212	-	(1.778)	24.820

(a) Intangível – Consolidado

	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Softwares	2.144	(866)	1.278
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo III	25.226	(3.403)	21.823
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo IV	138.315	(1.478)	136.837
Total	165.685	(5.747)	159.938

A movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	Saldos em 31/12/2021	Adições / Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2022
Softwares	1.111	533	(367)	1.277
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo III	22.712	-	(888)	21.824
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo IV	-	138.315	(1.478)	136.837
Total	23.823	165.685	(2.733)	159.938

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Softwares	751	858	(498)	1.111
Direito de exploração da Concessão-aquisição Argo III	23.599	-	(888)	22.712

Total	24.350	858	(1.386)	23.823
--------------	---------------	------------	----------------	---------------

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores diversos	593	-	27.442	24.346
Outros	-	403	235	294
Total	593	403	27.677	24.640

Compreende as obrigações junto a fornecedores de materiais e equipamentos utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços.

13 Obrigações tributárias – consolidado

	31/12/2022	31/12/2021
Pis e Cofins	14.725	10.704
ICMS – diferencial de alíquota	-	1.764
ISS de terceiros	243	108
Outros tributos	299	277
Total	15.267	12.853

14 Encargos sociais e trabalhistas – consolidado

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de bônus	9.963	7.142
Provisão de férias	2.673	2.452
Salários	-	305
Encargos trabalhistas	3.421	2.869
Total	16.057	12.768

15 Obrigações regulatórias – consolidado

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para P&D	6.778	4.229
Encargos regulatórios a recolher (*)	2.516	2.333
Total	9.295	6.562

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP – Financiadora de estudos e projetos.

16 Ações preferenciais resgatáveis

Controladora e Consolidado	31/12/2022	31/12/2021
Ações preferenciais resgatáveis	200.000	200.000
Juros	6.461	3.743
Total	<u>206.461</u>	<u>203.743</u>
Classificado como:		
Circulante	206.461	3.743
Não circulante	-	200.000

Em 20 de fevereiro de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, no montante total de R\$200.000 remunerados à taxa CDI. Os pagamentos dos dividendos fixos são pagos semestralmente, sendo o último pagamento realizado em setembro de 2022 no montante de R\$ 10.978.

O prazo de resgate é até 30 de abril de 2023, e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totalizam 38.155.607. Os valores de emissão e de resgate por ação, estão demonstrados a seguir:

	Valor de emissão por ação	Valor capitalizado por ação	Valor de reserva de capital por ação
Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A	5,24169	1,76143	3,48026

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$67.208, e parte como reserva especial de ágio no montante de R\$132.792. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais (IFRS), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo).

Não existem direitos diferenciados entre as ações preferenciais e ordinárias além da prioridade no recebimento de dividendos fixos.

17 Provisões – consolidado

Em atendimento ao contrato de concessão de transmissão, as controladas estimaram os custos a incorrer para a conclusão dos projetos de compensação ambiental, regularização das áreas de servidão, gastos referentes ao encerramento das obras e fornecimento de materiais e demais obrigações.

A composição das provisões em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são:

	31/12/2022	31/12/2021
Compromissos socioambientais	(4.846)	2.397
Compensação ambiental	24.423	13.770
Regularização fundiária	(621)	6.509
Outras provisões	11.711	5.240
Total	<u>30.666</u>	<u>27.916</u>
Classificado como:	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	20.669	7.916

Não circulante 10.000 20.000

18 Financiamentos

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2021	Aquisição	Pagamentos	Juros incorridos e despesas amortizadas	Saldo em 31/12/2022
Banco Itaú	-	200.000	-	25.938	225.938
(-) Custo a amortizar	-	-	-	(85)	(85)
Total	-	200.000	-	25.853	225.853

Classificados como:

Circulante 225.853
 Não Circulante -

	Consolidado								
	Saldo em 31/12/2020	Captações / Pagamentos	Custo de Captação	Juros incorridos e despesas amortizadas	Saldo em 31/12/2021	Aquisições	Pagamentos	Juros incorridos e despesas amortizadas	Saldo em 31/12/2022
BNDES (a) – Argo I	1.850.897	(19.260)	-	140.332	1.971.968	-	(239.658)	175.954	1.908.264
BNDES –© - Argo II	155.541	-	-	24.363	180.005	-	(5.419)	19.857	194.443
BNDES (-) - Argo III	487.656	20.000	-	81.565	589.223	-	-	69.457	658.680
BNDES (-) - Argo IV	2.043	311.505	-	22.227	339.990	-	(45.889)	23.938	318.039
Itaú (-) - Argo	-	-	-	-	-	200.000	-	25.938	225.938
(-) Custos a amortizar	(164.831)	-	(5.825)	7.650	(163.009)	-	-	9.036	(153.973)
Total	2.331.206	312.245	(5.825)	276.137	2.918.177	200.000	(290.966)	324.180	3.151.392

Classificados como:

Circulante 374.256
 Não Circulante 2.777.136

- a) Em 9 de abril de 2018, a controlada Argo I firmou contrato de financiamento com o BNDES, no montante total de R\$1.543.357, destinado as obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e aos demais gastos necessários para a implantação das instalações de transmissão que fazem parte do escopo do projeto. Em 31 de dezembro de 2019, o total captado é de R\$1.543.357. Sobre o financiamento incidirão juros de 2,70% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciou em 15 de dezembro de 2021, e sua com liquidação prevista em 15 de novembro de 2035.
- b) Em 3 de junho de 2019, a controlada Argo III firmou contrato de financiamento junto ao BNDES no montante total de R\$465.000, destinado as obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e aos demais gastos necessários para a implantação das instalações de transmissão que fazem parte do escopo de seus projetos. O financiamento será remunerado de IPCA adicionado de 5,30% de juros. Esse financiamento será pago em 240 (duzentos e quarenta) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciará em 15 de março de 2023, com liquidação prevista para 15 de fevereiro de 2043.
- c) Em 17 de julho de 2019, a controlada Argo II celebrou, com a interveniência da Companhia, o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 19.2.0290.1 junto ao BNDES, mediante a abertura de crédito no valor de R\$152.180, destinado à implantação das instalações de transmissão objeto do Lote 18 do Leilão ANEEL nº 13/2015 – Segunda Etapa, de 28 de outubro de 2016, conforme previsto no Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 16/2017-ANEEL, de 10 de fevereiro de 2017, e posteriores aditivos. O financiamento será remunerado de IPCA adicionado de 4,49% de juros. Esse financiamento será pago em 247 (duzentos e quarenta e sete) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciou em 15 de setembro de 2022, com liquidação prevista para 15 de março de 2043.
- d) Em 28 de junho de 2019, a Rialma Transmissora de Energia III S.A. (antiga denominação da Argo IV) firmou o contrato de financiamento nº 183.2019.754.9368 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A (BNB) no montante R\$ 340.017 remuneração pela

taxa de juros 2,281% a.a + IPCA corrigido pela inflação. O financiamento será pago em 216 (duzentas e dezesseis) com os seus vencimentos todo dia 15 com liquidação prevista até 15 de setembro de 2039.

- e) Em 21 de janeiro de 2022, a controladora Argo Holding firmou contrato de Notas Promissórias 1º emissão com o Banco Itaú S.A., no montante total de R\$ 200.000 destinados a recursos captados para pagamento do preço de aquisição das ações de emissão da Argo IV transmissão de energia S.A. Elas serão remuneradas de 100% do CDI + taxa de juros spread de 1,30% ao ano. A liquidação ocorrerá em parcela única em 27 de março de 2023 do principal e juros incorridos.

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2022, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	31/12/2022
2023	374.256
2024	143.726
2025	152.479
2026 em diante	2.634.654
(-) Custo a amortizar	(153.973)
Total	<u>3.151.392</u>

Garantias

Argo I

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo I;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída até 15 de fevereiro de 2023 preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Argo II

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo II;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.

Argo III

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo III;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.

Argo IV

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo IV;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.

Cláusulas restritivas

A Companhia, por meio de suas controladas, possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

Argo I

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

De acordo com o contrato de financiamento, as cláusulas restritivas tornaram-se exigíveis a partir da amortização do principal que ocorreu em 15 de novembro de 2021.

Argo II

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD

O ICSD é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas, com base em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

De acordo com o contrato de financiamento, as cláusulas restritivas financeiras tornaram-se exigíveis a partir da amortização do principal que ocorreu em 15 de setembro de 2022.

Argo III

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD

O ICSD é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas, com base em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

De acordo com o contrato de financiamento, as cláusulas restritivas financeiras são exigíveis a

partir da amortização inicial do principal que se dará em 15 de março de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

A Administração da Companhia e de suas controladas realizam o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas nos contratos de financiamentos.

Argo IV

Em 31 de dezembro de 2022, a companhia não identificou cláusulas restritivas de financiamentos vigentes.

19 Debêntures – consolidado

	Saldo Inicial 31/12/2020	Pagamentos	Juros incorridos e despesas apropriadas	Saldo final 31/12/2021	Pagamentos	Juros incorridos e despesas apropriadas	Saldo final 31/12/2022
1ª emissão de debêntures	581.310	(52.741)	81.885	610.454	(90.506)	78.287	598.235
(-) Custos a amortizar	(3.706)	-	247	(3.459)	-	247	(3.212)
Total	577.604	52.741	82.132	606.995	(90.506)	78.534	595.023

Classificado como:

Circulante	52.828
Não circulante	542.195

Única emissão de debentures

Em 24 de agosto de 2018, a Controlada Argo I realizou a Primeira Emissão de Debêntures, de distribuição pública com esforços restritos (“ICVM 476”) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, sem cláusula de repactuação, em série única no montante total de R\$454.500, com vencimento em dezembro de 2031 e taxa de remuneração de IPCA + 7,0176% a.a., destinadas à composição da estrutura de capital da Companhia para a implantação das instalações de transmissão objeto do Lote A – Leilão nº 13/2015-ANEEL.

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2022, os vencimentos das parcelas a longo prazo têm a seguinte composição:

Vencimentos	31/12/2022
2023	52.828
2024	57.119
2025	109.199
2026 em Diante	379.089
(-) Custo a amortizar	(3.212)
Total	595.023

Garantias

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das Ações de Emissão da Argo Transmissão de Energia S.A.;
- Cessão Fiduciária de Recebíveis e Direitos Emergentes do Contrato de Concessão; e
- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída até 15 de novembro de 2021, preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

As controladas da Companhia possuem cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros como cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Argo I possui a seguinte cláusula:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, com base em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

Possui também cláusulas restritivas não-financeiras relacionadas ao *compliance* com as leis trabalhistas, ambientais e regulatórias.

De acordo com o contrato de financiamento, as cláusulas restritivas são exigíveis a partir da amortização inicial do principal que ocorreu em 15 de dezembro de 2021.

A Administração da Companhia e de suas controladas, realizam o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas nos contratos de debêntures.

20 PIS e COFINS diferidos – consolidado

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% (3,65% para a ARGO II) das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12). A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

A movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2020

501.018

Constituição	101.382
Realização	<u>(63.529)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>538.871</u>
Constituição	109.625
Aquisição Argo IV (nota 3.1)	86.271
Realização	<u>(75.045)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u><u>659.722</u></u>
Classificado como:	
Circulante	80.317
Não circulante	579.405

21 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 22 de novembro de 2022, foi aprovado a aumento de capital da companhia no valor de R\$ 2.090.000.000, mediante a emissão de 1.398.869.640 novas ações ordinárias, nominativas ao preço de R\$ 1,4940 por ação. Com isso, o capital subscrito passa a ser de R\$2.618.484, totalmente integralizado, sendo representado por 1.759.419.386 ações ordinárias e 38.155.607 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Após o aumento do capital, a composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Acionistas				
Red Eléctrica Brasil Holding Ltda.	879.710	50%	180.275	50%
Grupo Energia Bogotá S.A.	879.710	50%	180.275	50%
Total	<u>1.759.419</u>	<u>100%</u>	<u>360.550</u>	<u>100%</u>

b) Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social realizado.

c) Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou R\$526.417 para constituição de reserva de retenção de lucros com o objetivo de preservar o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

O valor da reserva de lucros que exceder o montante do Capital Social, terá a destinação deliberada pela próxima AGO da Companhia.

d) Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido da Companhia, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou R\$ 5.464 para dividendos mínimos obrigatórios, classificados no passivo circulante.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	575.175	352.432
Reserva legal – (5%)	<u>(28.759)</u>	<u>(17.622)</u>
Lucro líquido ajustado	546.417	334.811
Dividendos mínimos obrigatórios – 1%	(5.464)	(3.348)
Reservas de lucros	(526.417)	(331.463)
Distribuição de dividendos adicionais	(14.536)	-
Total de dividendos distribuídos	<u>(20.000)</u>	<u>-</u>
Dividendo por ação ordinária	0.2196	0.9775
Dividendo por ação preferencial	0.2196	0.9775

22 Provisões para riscos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não apresenta processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, regulatória, ambiental e trabalhista cujo prognóstico de perda seja provável. A Companhia, a nível consolidado, é parte em processos judiciais com prognóstico de perda possível no total de R\$ 9.654.

23 Receita operacional líquida – consolidado

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de construção	29.343	30.726
Receita de remuneração do ativo de concessão	1.034.849	990.112
Receita de operação e manutenção	128.730	107.345
Ganho de Eficiência	111.749	-
Outras receitas	-	900
Receita bruta	1.304.671	1.129.083
(-) Abatimentos	(4.506)	(9.993)
(-) PIS e COFINS sobre ativo de concessão	(36.978)	(39.058)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(74.974)	(58.764)
(-) Encargos regulatórios	(10.545)	(8.673)
Receita líquida	<u>1.177.668</u>	<u>1.012.595</u>

24 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de terceiros (*)	(6.767)	(4.572)	(29.828)	(24.173)
Custo de construção	-	-	(19.057)	(27.418)
Pessoal	-	(2)	(51.923)	(41.237)
Aluguéis	(51)	-	(1.197)	(1.082)
Arrendamento Mercantil	-	-	-	-
Materiais	-	-	(1.514)	(1.303)
Tributos	(85)	(3)	(379)	(207)
Depreciação e amortização	-	-	(3.167)	(4.110)
Amortização do Direito de concessão	(2.365)	(888)	(2.365)	(888)
Outros	(182)	(159)	3.512	(14.362)
Total	(9.450)	(5.624)	(105.918)	(114.780)
Valores alocados a:				
Custos de operação e manutenção	-	-	(43.453)	(40.626)
Custos de construção	-	-	(19.057)	(27.418)
Despesas gerais e administrativas	(7.085)	(4.736)	(46.960)	(34.869)
Amortização do direito de concessão	(2.365)	(888)	(2.365)	(888)
Outras receitas operacionais	-	-	5.917	(10.979)

(*) Referem-se, substancialmente, aos custos de construção relacionados ao contrato de concessão.

25 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:				
Receitas de aplicações financeiras	11.000	1.291	72.312	30.478
Outras receitas financeiras	49	-	8.197	6
Total	11.049	1.291	80.509	30.484
Despesas financeiras:				
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	(37)	(2)	(208)	(14)
Remuneração de partes relacionadas	(24.165)	-	(24.165)	-
Juros e variações monetárias	(25.938)	-	(393.736)	(336.042)
Outras despesas financeiras	(1.166)	(9.041)	(23.646)	(42.035)
Total	(51.306)	(9.043)	(441.755)	(378.090)
Resultado financeiro líquido	(40.256)	(7.752)	(361.246)	(347.606)

26 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação da alíquota efetiva

A reconciliação da despesa de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL apresentada no resultado de 2021 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	575.175	352.432	1.085.649	550.209
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL de acordo com as alíquotas vigentes	(195.560)	(119.827)	(369.121)	(187.071)
Ajustes				
Equivalência patrimonial	212.460	365.808	4.725	-
Incentivo fiscal *	-	-	42.932	16.250
Imposto de renda diferido não constituído	(16.900)	-	-	-
Outras adições e exclusões	-	(245.981)	172.237	(26.956)
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado do exercício	-	-	(149.227)	(197.777)
Alíquota efetiva	0%	0%	20%	36%

b. Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado		
	Ativo (a)	Passivo (b)	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	71.177	(737.610)	(666.433)
Contratos de Concessão (b)	982.275	(1.156.442)	(174.167)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.053.452	(1.894.052)	(840.600)
Prejuízos fiscais (a)	14.453	-	14.453
Contratos de concessão	-	(157.967)	(157.967)
Aquisição Argo IV	9.994	(123.271)	(113.277)
Direito de concessão	-	(34.068)	(34.068)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.077.899	(2.209.358)	(1.131.459)

- (a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do Contrato de Concessão e possuem expectativa de recuperação durante o período de concessão.
- (b) Originam-se dos Contratos de Concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do Ativo da concessão (CPC 47) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

27 Resultado por ação – controladora

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no

respectivo exercício. Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o resultado líquido aos montantes usados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador:	575.175	352.432
Lucro líquido do exercício		
Denominador:		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	1.759.419	360.550
Lucro líquido básico por ação ordinária (R\$ por ação)	0,3269	0,9775

28 Seguros – consolidado

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros do Grupo é como segue:

Modalidade	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2022
Seguros - Responsabilidade civil		200.000
Seguros - Riscos operacionais	-	800.000
Seguros - Equipamentos	-	1.783
Seguros - Frota	-	2.352
D&O	25.000	25.000
Total	25.000	1.029.135

(*) Esse contrato de seguro garante cobertura contra riscos de engenharia, tais como: i) obras civis em construção e instalação, ii) manutenção ampla, iii) danos em consequência de erro de projeto e risco fabricante e iv) coberturas adicionais.

29 Partes Relacionadas - Consolidado

O saldo do ativo com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$3.136, representa despesas incorridas a serem reembolsadas pelas empresas do grupo que não consolidadas.

	Parte relacionada	31/12/2022		31/12/2021	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Contas a Receber	Argo V	405	-	-	-
Contas a Receber	Argo VI	364	-	-	-
Contas a Receber	Argo VII	1.046	-	-	-
Contas a Receber	Argo VIII	620	-	-	-
Contas a Receber	Argo IX	701	-	-	-
Total		3.136	-	-	-

30 Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, tratando-se de uma remuneração em comum, na qual os valores são pagos pela controladora. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios de curto prazo a diretoria:				
Salários e honorários	3.274	3.077	3.274	3.077
Benefícios	386	352	386	352
Bônus	2.559	2.099	2.559	2.099
Encargos sociais	942	1.518	942	1.518
Total	7.161	7.046	7.161	7.046

31 Instrumentos financeiros

	Hierarquia	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022		31/12/2022	
		Valor Contabil	Valor Justo	Valor Contabil	Valor Justo
Ativos financeiros:					
Valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários (a)	2	48.714	48.714	397.459	397.459
Caixa e Equivalência de caixa		149	149	25.813	25.813
Total		48.714	48.714	397.459	397.459
Custo amortizado:					
Clientes a receber de clientes	2	-	-	81.233	81.233
Contas a receber (partes relacionadas)	2	-	-	3.136	-
Fundos vinculados – caixa restrito	2	16.894	16.894	157.213	157.213
Total		17.043	17.043	7.685.271	7.682.135
Outros passivos financeiros:					
Custo amortizado:					
Fornecedores	2	593	593	27.677	27.677
Contas a pagar (partes relacionadas)		-	-	-	-
Ações preferenciais resgatáveis	2	206.461	206.461	206.461	206.461
Financiamentos	2	225.853	225.853	3.151.392	3.151.392
Debêntures		-	-	595.023	598.236
Outros passivos		-	-	3.345	3.345
Total		449.803	449.803	4.000.792	4.004.005

31/12/2021

Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. e Controladas
Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2022

	Hierarquia	Controladora		Consolidado	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado:					
Títulos e valores mobiliários	2	113.119	113.119	632.546	632.546
Caixa e equivalentes de caixa	1	54	54	20.457	20.457
Total		113.119	113.119	632.546	632.546
Custo amortizado					
Contas a receber de clientes	2	-	-	54.677	54.677
Caixa vinculado – caixa restrito	2	-	-	138.088	138.088
Total		70	70	5.825.427	5.825.427
Outros Passivos financeiros					
Custo amortizado:					
Fornecedores		268	268	72.404	72.404
Ações preferenciais resgatáveis	2	200.983	200.983	200.983	200.983
Financiamentos	2	-	-	2.329.364	2.329.364
Debêntures	2	-	-	577.604	673.052
Total		201.251	201.251	3.180.355	3.180.355

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações financeiras. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

- Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.
- Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.
- Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.
- Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado e juros trazidos a valor presente utilizando como taxa de desconto real o CDI na data findo em 31 de dezembro de 2022.

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, as controladas da Companhia não possuem outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de dezembro de 2022, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber é de R\$ 81.233 (R\$ 54.677 em 31 de dezembro de 2021).

Risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e por suas controladas tem como objetivo

proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia e suas controladas não pactuaram contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e das controladas e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia e suas controladas também não praticam aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia e suas controladas está relacionado às taxas de juros.

A Companhia e suas controladas aplicam substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) Fundos vinculados – caixa restrito.

Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia e de suas controladas, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de dezembro de 2022, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	Entre 37 meses em diante
Controladora:				
Fornecedores	593	-	-	-
Ações preferenciais resgatáveis	206.461	-	-	-
Total	223.950	-	-	-
Consolidado:				
Fornecedores	27.677	-	-	
Financiamentos	365.278	143.726	62.479	2.617.161
Debêntures	52.828	57.119	57.120	431.168
Ações preferenciais resgatáveis	206.461	-	-	-
Total	669.138	200.845	119.599	3.048.329

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas realizam análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2022, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2022, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações financeiras, disponíveis no *website* da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 13,65% ao ano, para o IPCA, é de 7,20% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de dezembro de 2021 é de 6,08% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 75% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Instrumentos financeiros	Risco	Nota	Total	Cenário		
				I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	4	25.812	2.352	1.176	588
Fundos Vinculados - Caixa restrito	Redução do CDI	5	157.213	17.336	13.002	8.668
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	5	397.459	72.742	36.371	18.185
Total			580.484	63.609	47.707	31.804
Financiamentos (*)	Aumento da TJLP	19	1.772.035	130.599	163.249	195.898
Financiamentos (**)	Aumento do IPCA	19	1.370.378	80.942	89.727	98.512
Debêntures	Aumento do IPCA	20	595.023	32.072	40.090	48.108
Ações preferenciais resgatáveis	Aumento do CDI	17	206.461	-	-	-
Total			3.943.897	243.613	293.066	342.518

(*) Referente à controlada Argo I.

(**) Referente às controladas Argo II e Argo III.

32 Transações que não envolvendo caixa – consolidado

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, através de suas controladas, realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
Indenizações – outros créditos em contrapartida a fornecedores	4.203	-
Provisões para custo de construção	-	22.924
Total	4.203	27.392

* * *

Paulo Heli Alves Ferreira
Diretor de RI e Finanças

Thiago Borges Martins
Controller
CRC/RJ 116409/O